



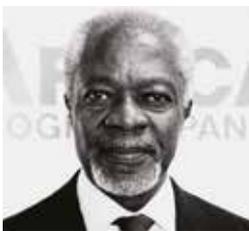
PODER POVO PLANETA

O APROVEITAMENTO DA ENERGIA E DAS
OPORTUNIDADES CLIMÁTICAS DE ÁFRICA
Relatório do Progresso em África de 2015

AFRICA
PROGRESS PANEL

SUMÁRIO EXECUTIVO DO RELATÓRIO DO PROGRESSO EM ÁFRICA DE 2015

ACERCA DO AFRICA PROGRESS PANEL



KOFI ANNAN



MICHEL CAMDESSUS



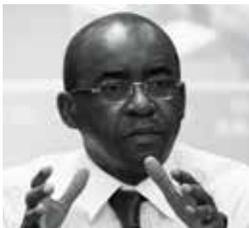
PETER EIGEN



BOB GELDOF



GRAÇA MACHEL



STRIVE MASIYIWA



OLUSEGUN OBASANJO



LINAH MOHOHLO



ROBERT RUBIN



TIDJANE THIAM

O Africa Progress Panel (APP) é constituído por dez distintas individualidades dos setores privado e público que defendem o desenvolvimento equitativo e sustentável de África. Kofi Annan, antigo Secretário-Geral das Nações Unidas e laureado com o Nobel, preside ao APP e está profundamente envolvido no seu trabalho diário.

As experiências de vida dos membros do Painel dão-lhes uma formidável capacidade de acederem, ao mais alto nível, aos mundos da política, dos negócios, da diplomacia e da sociedade civil, tanto em África como no resto do mundo. Como resultado, o Painel funciona num espaço político único com a capacidade de influenciar variados decisores.

O Painel desenvolve coligações para potenciar e intermediar o conhecimento e para convocar os decisores com vista à geração da mudança em África. O Painel tem extensas redes de analistas de políticas e grupos de reflexão em África e por todo o mundo. Ao reunir o mais recente pensamento de tais redes políticas e de conhecimento, o APP contribui para gerar políticas baseadas em dados concretos que podem promover a transformação do continente.

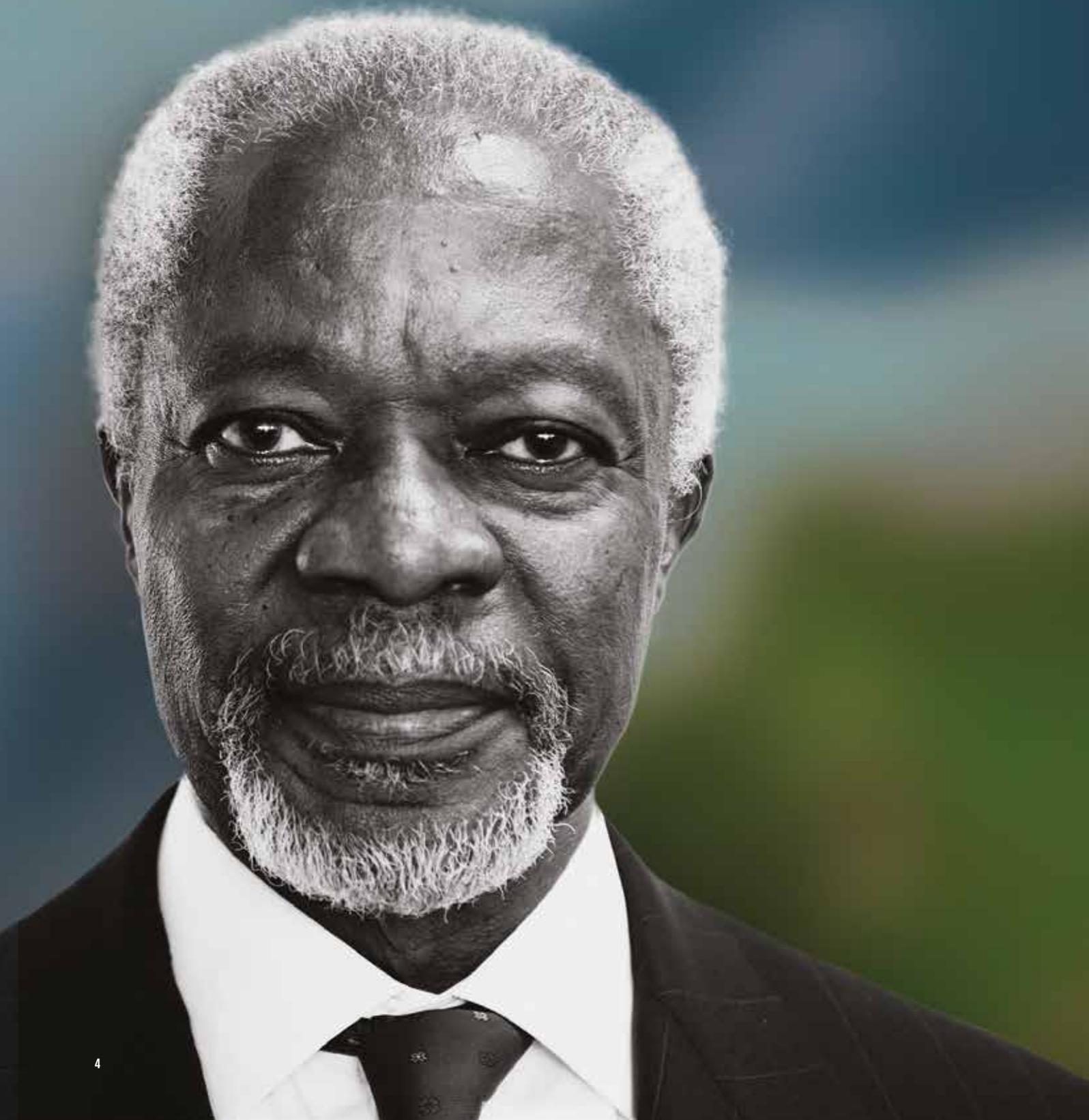
ACERCA DO RELATÓRIO DO PROGRESSO EM ÁFRICA

O Relatório do Progresso em África (RPA) é a publicação de referência anual do Africa Progress Panel. O RPA baseia-se nos melhores estudos e análises disponíveis sobre África e compila-os de uma forma renovada e equilibrada. O Painel faz recomendações de políticas aos líderes políticos e à sociedade civil de África, os quais detêm, coletivamente, a responsabilidade primária pelo estímulo do progresso em África. À luz das ligações dinâmicas entre o continente e o resto do mundo, o RPA também realça as medidas críticas que devem ser tomadas pelos líderes dos setores público e privado.

Este relatório pode ser livremente reproduzido, na totalidade ou em parte, desde que a fonte original seja mencionada.

ISBN 978-2-9700821-6-3

PREFÁCIO DE KOFI ANNAN



Poderá o mundo evitar alterações climáticas catastróficas ao mesmo tempo que desenvolve os sistemas energéticos necessários para sustentar o crescimento, criar empregos e retirar milhões de pessoas da pobreza? Esta questão toca no âmago dos mais marcantes desafios do desenvolvimento no século XXI e constitui o tema central do relatório deste ano.

É uma questão vital para África. Nenhuma outra região contribuiu tão pouco para a crise climática nem pagará um preço tão elevado pelo fracasso na sua resolução. No ano em curso, governos de todo o mundo assinarão um novo e ambicioso conjunto de objetivos de desenvolvimento internacionais. Estes planos arrojados poderão esboroar-se se deixarmos que as temperaturas médias mundiais aumentem mais de 2 °C. Existe já o perigo real e presente de que as alterações climáticas façam estagnar e, depois, regredir os frágeis ganhos conquistados nas últimas duas décadas. Entretanto, mais de metade da população africana carece de acesso a abastecimento básico de eletricidade e equipamento de cozinha limpo, e os números estão a crescer.

As alterações climáticas exigem que repensemos a relação entre a energia e o desenvolvimento. Os sistemas de energia com emissões de carbono intensivas que movem a nossa economia lançaram-nos numa rota de colisão com os nossos limites planetários. Podemos evitar essa colisão. Enquanto comunidade global, temos a tecnologia, os meios financeiros e o engenho que possibilitam a transição para um futuro com baixas emissões de carbono; porém, até à data, têm faltado a liderança política e as iniciativas práticas necessárias para romper a ligação entre a energia e as emissões.

A mensagem central deste relatório é: África está bem posicionada para participar na liderança desse processo. Alguns países africanos já estão na vanguarda mundial em matéria de desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono, impulsionando o crescimento económico, ampliando as oportunidades e reduzindo a pobreza, em especial através da agricultura. As nações africanas não têm de restringir-se ao desenvolvimento das velhas tecnologias com elevadas emissões de carbono; podemos expandir a geração elétrica e atingir o acesso universal a energia saltando diretamente para as novas tecnologias que estão a transformar os sistemas energéticos em todo o mundo. África só tem a ganhar se desenvolver energia com baixas emissões de carbono, e o mundo só tem a ganhar se África evitar a via das elevadas emissões de carbono seguida pelos mercados mundiais ricos e emergentes da atualidade.

Desbloquear esta situação mutuamente benéfica não será fácil. Serão necessárias medidas decisivas da parte dos líderes africanos e não apenas na reforma de serviços ineficientes, injustos e, com frequência, corruptos que fracassaram no desenvolvimento de sistemas energéticos flexíveis para providenciar um abastecimento de energia fiável às empresas e acesso a eletricidade às populações. A resolução dos problemas climáticos e energéticos, interligados entre si, também requer uma cooperação internacional reforçada. As importantes cimeiras planeadas para 2015, dedicadas aos temas do financiamento, dos objetivos do desenvolvimento sustentável e do clima, proporcionam uma oportunidade para dar início à mudança.

O nosso relatório demonstra que o desafio energético de África é substancial. Mais de 600 milhões de pessoas continuam sem acesso a energia moderna. É chocante que o consumo de eletricidade da África Subsariana seja inferior ao de Espanha e que, a manterem-se as tendências atuais, seja necessário aguardar até 2080 para que todos os africanos tenham acesso a eletricidade.

A energia moderna implica igualmente equipamento de cozinha limpo, que não polua o ar doméstico. Por ano, morrem cerca de 600.000 africanos em consequência da poluição do ar doméstico, metade dos quais são crianças com menos de cinco anos. Mantendo-se as tendências atuais, o acesso universal à confeção de alimentos sem poluição não acontecerá senão em meados do século XXII.

As conversações de dezembro de 2015 sobre um novo tratado climático global estão a aproximar-se com rapidez. África já está a sofrer impactos mais precoces, mais graves e mais danosos das alterações climáticas do que outras partes do mundo. Se não forem contrariados, tais impactos reduzirão a produtividade agrícola, criarão condições para a fome generalizada e farão recuar o desenvolvimento humano.

Como consequência da escassez de energia, a pegada de carbono de África é minúscula. Os líderes africanos têm todos os motivos para apoiar os esforços internacionais de minimização das emissões de gases com efeito de estufa. Ao mesmo tempo, precisam urgentemente de mais eletricidade para impulsionar e transformar as suas economias e aumentar o acesso à energia. O seu desafio consiste em adotar uma combinação energética criteriosa e dinâmica, na qual as energias renováveis substituam gradualmente os combustíveis fósseis.

África tem um enorme potencial para a energia mais limpa (gás natural e energia hídrica, solar, eólica e geotérmica) e deve procurar formas de avançar para lá dos sistemas energéticos danosos que deixaram o mundo à beira da catástrofe.

O desperdício de recursos escassos nos sistemas energéticos africanos mantém-se elevado e perturbador. Com frequência, os atuais sistemas energéticos altamente centralizados beneficiam os ricos, menosprezam os pobres e são insuficientes, ineficientes e desiguais. Os estrangulamentos do setor energético e os cortes de eletricidade custam anualmente à região entre 2% e 4% do PIB, prejudicando o crescimento económico sustentável, o emprego e o investimento. Também reforçam a pobreza, especialmente entre as mulheres e as populações rurais. É imperdoável que as populações mais pobres de África paguem dos mais elevados preços do mundo pela energia: uma mulher que viva numa aldeia do norte da Nigéria gasta cerca de 60 a 80 vezes mais por unidade de energia do que um habitante da cidade de Nova Iorque ou de Londres. Alterar esta situação é uma enorme oportunidade de investimento. Milhões de africanos desligados da rede e carentes de energia, com um rendimento inferior a 2,50 dólares por dia, constituem já um mercado energético de 10 mil milhões de dólares por ano.

O que seria necessário para expandir a geração de eletricidade e financiar a energia para todos? Estimamos que seja necessário um investimento de 55 mil milhões de dólares por ano até 2030 para satisfazer a procura e alcançar o acesso universal a eletricidade. Uma das maiores barreiras à transformação do setor elétrico é o baixo nível de cobrança de impostos e o fracasso dos governos na criação de sistemas fiscais credíveis. Os impostos internos podem cobrir quase metade da lacuna de financiamento da África Subsariana. O redirecionamento de 21 mil milhões de dólares gastos em subsídios a serviços desregulados e querosene para o investimento produtivo em energia, a proteção social e a conectividade focada nos pobres demonstraria que os governos estão prontos para agir de forma diferente. Insto os líderes africanos a que deem esse passo.

Podem ser mobilizadas receitas adicionais através do estancamento da hemorragia de meios financeiros perdidos através de transferências financeiras ilícitas, do estreitamento das oportunidades para a evasão fiscal e do recurso cauteloso ao crédito nos mercados obrigacionistas. A ajuda tem de desempenhar um papel propiciador e catalisador. As instituições de investimento globais e africanas já divisam perspetivas de crescimento e receitas das infraestruturas africanas, num mundo em que a procura está a abrandar nos países desenvolvidos.

A reforma dos serviços de abastecimento de energia também é fulcral. O benefício nacional de longo prazo deve sobrepor-se aos ganhos políticos de curto prazo, aos interesses instalados, à corrupção e ao apadrinhamento político. A transparência administrativa e financeira do setor energético ajudará a iluminar a obscuridade. Os empreendedores da energia podem juntar-se aos serviços de abastecimento

reformados, investindo receitas e fundos da energia em eletricidade sustentável que salve o planeta e renda dividendos regulares. Alguns países da região já estão na vanguarda da tendência global do desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono, incluindo a Etiópia, o Gana, o Quênia, a Nigéria e a África do Sul.

Uma energia melhor e mais acessível pode também impulsionar a agricultura africana. Os governos devem tirar partido de oportunidades de adaptação triplamente vantajosas que integram a proteção social e as estratégias climaticamente inteligentes com vista a elevar a produtividade agrícola e desenvolver as infraestruturas rurais, incluindo o armazenamento, o processamento e o transporte dos produtos agrícolas, através da redução da pobreza e do reforço dos esforços internacionais para o combate às alterações climáticas.

As medidas tomadas pelos líderes africanos são essenciais, assim como as medidas tomadas pelo mundo.

As cimeiras de 2015 proporcionam uma plataforma para aprofundar a cooperação internacional e providenciar um adiantamento das medidas com potencial para pôr África no caminho de um futuro energético inclusivo e com baixas emissões de carbono e o mundo no caminho para evitar a catástrofe climática. Todos os países ficarão a perder se não atingirmos o objetivo internacional de restringir o aquecimento global a menos de 2 °C acima dos níveis pré-industriais. Os africanos mais do que os outros.

Os governos dos principais países emissores devem imputar um preço rigoroso às emissões de gases com efeito de estufa através da sua taxação, em vez de continuarem na realidade a subsidiá-las, por exemplo, pelo gasto de milhares de milhões em subsídios à exploração de combustíveis fósseis. O poder político das multinacionais da energia e de outros grupos de interesses instalados ainda é demasiado forte.

O desbloqueio do potencial energético de África e a implantação das bases para um futuro resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono requer uma cooperação multilateral ambiciosa, eficiente e adequadamente financiada. Tal como demonstramos neste relatório, a atual arquitetura financeira global para o clima falha em todos estes testes de credibilidade.

A janela de oportunidade para evitar a catástrofe climática está a fechar-se depressa. As únicas promessas da cimeira do clima de Paris que terão importância são as que forem cumpridas. Os líderes africanos devem estar à altura do desafio. Eles são a voz dos seus cidadãos nas conversações sobre o clima, e essa voz tem de ser escutada. Os movimentos sociais, líderes empresariais, líderes religiosos de todas as crenças e líderes das cidades de todo o mundo podem unir-se aos governos e criar uma força irresistível para a mudança, com vista a vencer a guerra contra a pobreza e evitar a catástrofe climática.

Seguramente, as gerações futuras julgarão esta geração de líderes, não pelos princípios que estabelecer em comunicados, mas pelo que realmente fizer para erradicar a pobreza, construir uma prosperidade partilhada e proteger as nossas e as suas crianças dos desastres climáticos.

Vamos agir agora e agir em conjunto.



KOFI A. ANNAN

Chair of the Africa Progress Panel

PANORÂMICA

“Não podemos iludir mais a questão. Não podemos continuar a alimentar o nosso vício dos combustíveis fósseis como se não houvesse amanhã. Porque não haverá amanhã. É urgente que iniciemos uma transição global para uma nova economia energética segura. Tal obriga a que repensemos os fundamentos dos nossos sistemas económicos, para que estes se tornem sustentáveis e mais equitativos.” Desmond Tutu, ativista dos direitos humanos e vencedor do Prémio Nobel

“África também não tem outra opção senão unir esforços para se adaptar e atenuar os efeitos das alterações climáticas. Porém, África pode escolher o modo de adaptação e atenuação, bem como o calendário e o ritmo de todo o processo. Para África, trata-se de um desafio e de uma oportunidade. Se África se concentrar em escolhas inteligentes, poderá, nas próximas décadas, conquistar investimentos em percursos de desenvolvimento resilientes ao clima e com baixas emissões de carbono.”

Sua Excelência Jakaya Mrisho Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia

2015 é um ano de viragem para o desenvolvimento internacional. Em setembro, os líderes mundiais reunir-se-ão nas Nações Unidas, em Nova Iorque, para adotar um novo conjunto de objetivos do desenvolvimento sustentável. Antes disso, em julho, haverá uma reunião de governos em Adis Abeba, na Etiópia, para um acordo sobre o quadro de financiamento subjacente aos objetivos. No final do ano, as atenções centrar-se-ão na cimeira de Paris e nas cruciais negociações para um novo acordo sobre as alterações climáticas. O desafio dificilmente poderia ser mais veemente. Os riscos decorrentes de um fracasso são enormes. Não obstante, este é um momento de grande oportunidade para o mundo e para África.

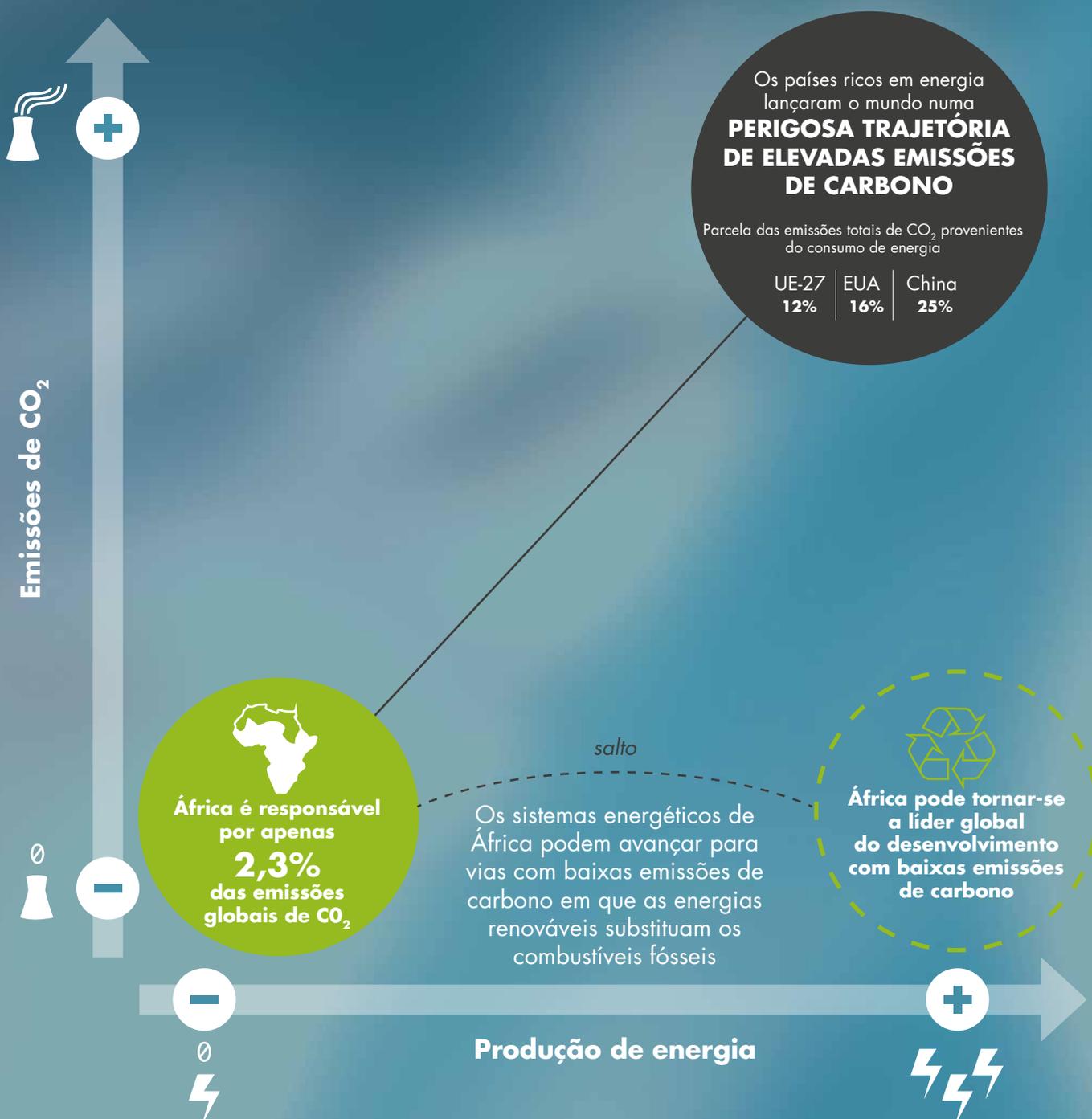
A energia é a ligação entre a agenda global para a pobreza e as alterações climáticas. Os sistemas de energia com emissões de carbono intensivas que agora impelem o crescimento económico estão bloqueados numa rota de colisão com os sistemas ecológicos que definem os nossos limites planetários. Evitar essa colisão, ao mesmo tempo que se erradica a pobreza, se desenvolvem sociedades mais inclusivas e se satisfazem as necessidades dos países e povos mais pobres do mundo, é o desafio que define a cooperação internacional no século XXI (**Ver infográfico: O salto da energia**).

Em nenhum outro lugar, as ligações entre a energia, o clima e o desenvolvimento são mais evidentes do que em África. Nenhuma região deu um contributo mais pequeno para as alterações climáticas. Contudo, será África a pagar o preço mais elevado por um fracasso na prevenção de uma catástrofe climática global. Entretanto, os sistemas energéticos da região são insuficientes, ineficientes e desiguais. Os défices de energia funcionam como um travão ao crescimento económico, à criação de emprego e à redução da pobreza, além de reforçarem as desigualdades associadas à riqueza, ao género e à separação entre os meios rural e urbano.

O SALTO DA ENERGIA

Os países africanos precisam de estratégias energéticas que promovam o crescimento e reduzam a pobreza energética, fazendo ainda a transição para uma economia com baixas emissões de carbono

Com a região a sofrer alguns dos impactos climáticos mais precoces, graves e nocivos, os líderes africanos têm todos os motivos para apoiar esforços internacionais de limitação das emissões de gases com efeito de estufa



O *Relatório do Progresso em África* explora as ligações entre a energia, a pobreza e as alterações climáticas. Documentamos os riscos que adviriam de uma abordagem convencional. Mais importante, destacamos as oportunidades de que dispõem os líderes africanos, tanto nos seus países como no palco mundial.

A política energética está no âmago da oportunidade. Durante demasiado tempo, os líderes africanos contentaram-se com a supervisão de sistemas energéticos altamente centralizados, concebidos para beneficiar os ricos e menosprezar os pobres. As empresas de fornecimento de eletricidade têm sido centros de apadrinhamento político e corrupção. Chegou o momento de renovar as decrépitas infraestruturas energéticas de África, sem deixar de acompanhar a onda de inovação com baixas emissões de carbono que está a transformar os sistemas energéticos de todo o mundo. África não pode dar-se ao luxo de ficar à margem da revolução da energia renovável. Pode desempenhar o seu papel nessa revolução e enfrentar os desafios da transição de afastamento dos combustíveis fósseis.

Podem ser rapidamente implementadas tecnologias com baixas emissões de carbono para expandir a geração elétrica e ampliar o alcance dos sistemas energéticos. Com a aplicação de políticas adequadas, o desenvolvimento com baixas emissões de carbono pode corrigir um dos maiores fracassos de mercado do mundo. Milhões dos africanos mais pobres estão a pagar dos preços mais elevados pela energia devido às barreiras de custos que os separam das tecnologias renováveis económicas, eficientes e acessíveis. A remoção de tais barreiras desbloquearia oportunidades de mercado e libertaria um poder produtivo para reduzir a pobreza e criar sociedades inclusivas muito superior ao que pode ser alcançado através da ajuda.

A mensagem deste relatório é a de que África pode liderar o mundo no desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono. Alguns países da região já estão a fazê-lo e outros deverão seguir o seu exemplo. Muitas das políticas necessárias para desenvolver sociedades mais resilientes que consigam lidar com as alterações climáticas há muito que deviam existir. O aumento da produtividade agrícola, a conservação dos solos e recursos florestais e o planeamento de cidades sustentáveis reduziriam a vulnerabilidade e fariam diminuir a pobreza. Em todas estas áreas, haveria benefícios globais significativos em relação às alterações climáticas através da redução das emissões de gases com efeito de estufa. Este é um cenário triplamente vantajoso para o crescimento económico, a redução da pobreza e o clima.

Neste relatório, sublinhamos o papel de liderança de África.

Não se pretende, com isto, minimizar a importância vital da cooperação internacional. A manutenção do aquecimento global abaixo do limiar dos 2 °C acima dos níveis pré-industriais exige medidas coletivas para a resolução de uma ameaça partilhada. Da mesma forma, o desbloqueio do potencial energético de África e a implantação das bases para um futuro resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono requer uma cooperação multilateral ambiciosa, eficiente e adequadamente financiada. Tal como demonstramos neste relatório, a atual arquitetura falha em todos estes testes de credibilidade.

Com base num extenso processo de consultas a responsáveis de planeamento, negociadores climáticos, investigadores e governos africanos, este relatório descreve a perspetiva do Africa Progress Panel sobre a energia e os desafios climáticos, facultando também uma agenda para a mudança e um apelo à ação dirigido não apenas aos líderes africanos, mas também à comunidade internacional em geral.

Mais eletricidade com igualdade – o desafio energético de África

O acesso universal a sistemas energéticos que proporcionem um abastecimento fiável e adequado de eletricidade às habitações, às empresas e aos prestadores de serviços é uma condição do desenvolvimento humano sustentado. Os sistemas energéticos africanos não estão aptos para a finalidade de apoiar uma prosperidade partilhada.

Apesar de 15 anos de crescimento económico sustentado, os cortes de energia, o acesso limitado à eletricidade e a dependência da biomassa para combustível estão a minar os esforços de redução da pobreza. O fosso energético entre África e o resto do mundo está a alargar-se (**Ver infográfico: Mundos distantes**). Há 15 anos, o consumo de energia per capita na África Subsariana equivalia a 30% do nível da Ásia Meridional; agora, equivale a apenas 24% e o valor continua a diminuir.

A África Subsariana está profundamente carente de eletricidade. A rede da região tem uma capacidade de geração elétrica de apenas 90 gigawatts (GW) e metade da mesma está situada num só país, a África do Sul. O consumo de eletricidade em Espanha excede o de toda a África Subsariana.

Excluindo a África do Sul, o consumo médio ronda os 162 quilowatts-hora (kWh) per capita por ano. Em contraste, a média global é de 7.000 kWh.

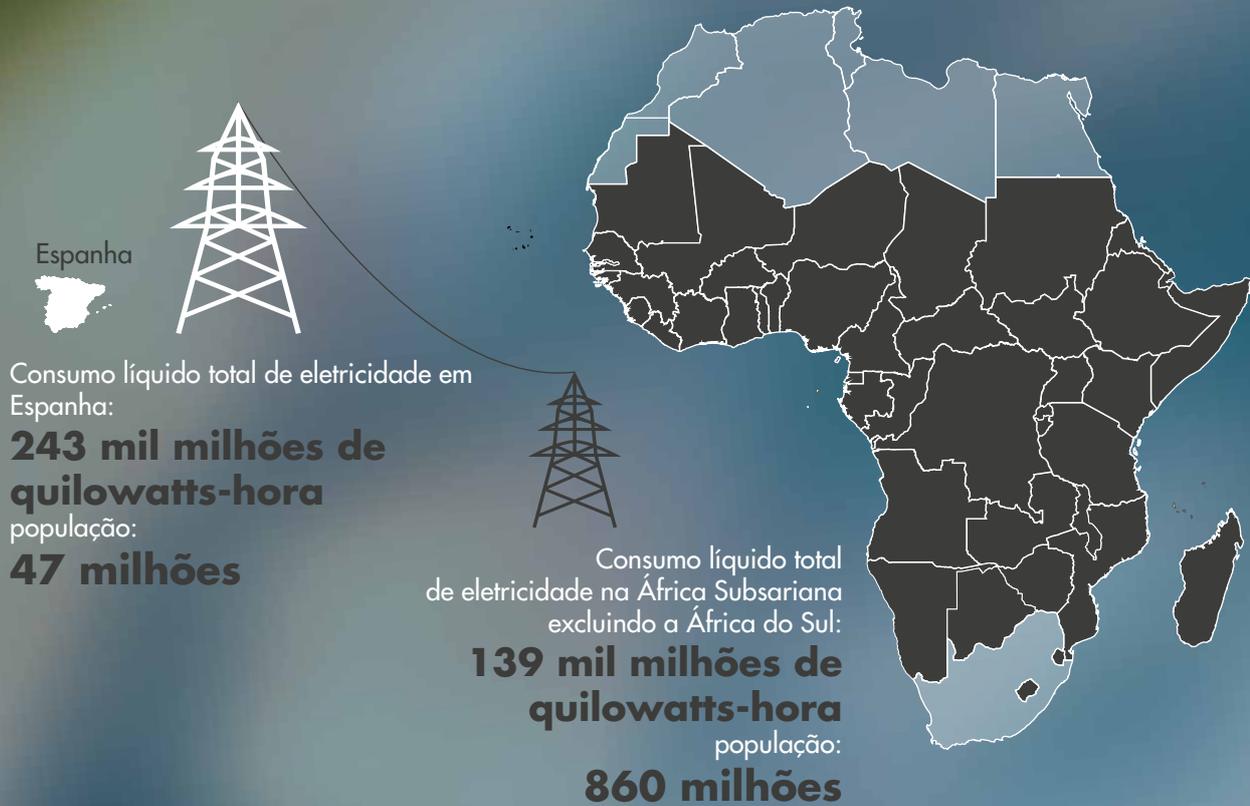
Um tanzaniano médio demoraria oito anos a consumir a eletricidade que um norte-americano consome num mês.

Os números médios dissimulam a amplitude do défice energético de África (**Ver infográfico: A lacuna energética de África: Os custos da cisão**). Duas em cada três pessoas, cerca de 621 milhões no total, não têm acesso a eletricidade. Na Nigéria, uma superpotência exportadora de petróleo, 93 milhões de pessoas carecem de eletricidade. Angola tem cinco vezes o nível de rendimento médio do Bangladesh, mas o Bangladesh tem níveis muito superiores de acesso a eletricidade (55% em comparação com 35%).

O acesso a equipamento de cozinha limpo e não poluente é ainda mais limitado. Quase quatro em cada cinco pessoas dependem da biomassa sólida para cozinhar, sobretudo da lenha e do carvão. Em resultado disso, morrem na região 600.000 pessoas por ano devido à poluição do ar doméstico. Quase metade são crianças com menos de cinco anos.

MUNDOS DISTANTES

Vistos de África, os padrões de consumo da energia nos países ricos representam um outro universo

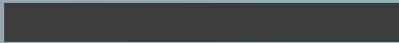


Uma chaleira utilizada duas vezes por uma família britânica consome cinco vezes tanta eletricidade como um maliano num ano

CIDADÃO MALIANO 

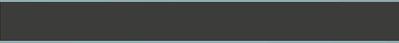
UTILIZAÇÃO DE CHALEIRA 

Um etíope demora 87 vezes mais a consumir 150 kWh do que um habitante do Reino Unido

ETIÓPIA   **961 dias**

REINO UNIDO  **11 dias**

Um tanzaniano demora oito anos a consumir a eletricidade que um norte-americano consome num mês

TANZÂNIA   **8 anos**

EUA  **1 mês**

Um congelador nos Estados Unidos consome 10 vezes mais eletricidade do que um liberiano num ano

CIDADÃO LIBERIANO 

CONGELADOR AMERICANO 

A LACUNA ENERGÉTICA DE ÁFRICA OS CUSTOS DA CISÃO

**621
MILHÕES**

de africanos não
têm acesso a
eletricidade



da energia da AS
é consumida pela
África do Sul

**89
MIL
MILHÕES**

de dólares de petróleo
exportado pela
Nigéria em 2013

**93
MILHÕES**

de nigerianos que
carecem de acesso a
eletricidade

4/5

DA POPULAÇÃO (727 MILHÕES)
dependem da biomassa sólida, sobretudo
da lenha e do carvão, para cozinhar

600.000

**AFRICANOS MORREM TODOS OS
ANOS**

devido à poluição do ar causada pelo uso
de biomassa sólida para cozinhar

Em nove países africanos, mais de

80%

**DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS
NÃO TÊM ELETRICIDADE**

Em África, as famílias mais pobres gastam



**MAIS POR UNIDADE DE ENERGIA DO
QUE AS FAMÍLIAS MAIS RICAS**
com ligação à rede

Mantendo-se as tendências atuais, só em

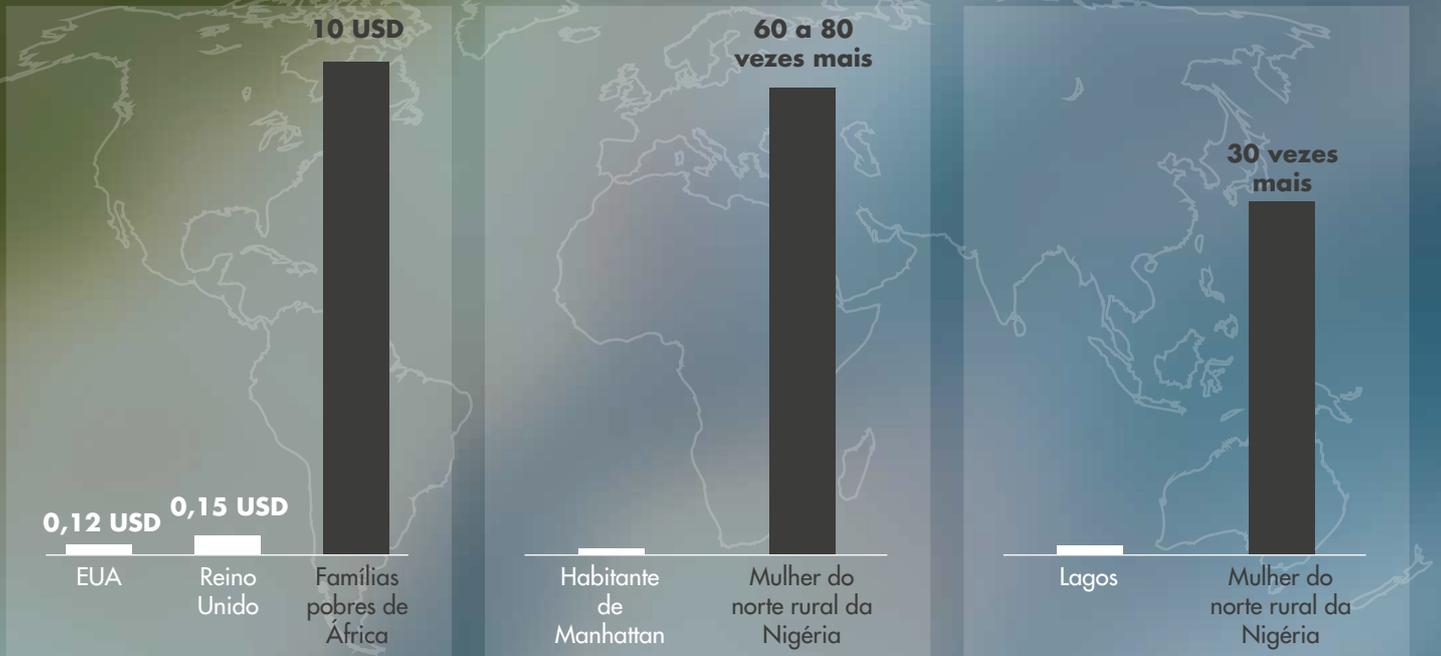
2080

ÁFRICA ALCANÇARÁ O ACESSO UNIVERSAL A ELETRICIDADE

MERCADO ENERGÉTICO DE MILHARES DE MILHÕES DE DÓLARES DE ÁFRICA

Reduzir os preços, aumentar o acesso, capacitar as famílias

As pessoas mais pobres de África pagam dos mais elevados preços do mundo por kWh de energia



10 mil milhões de dólares

Montante gasto em energia pelos africanos que vivem com menos de 2,50 dólares por dia

A dimensão do mercado da energia aponta para oportunidades significativas de investimento e poupança das famílias

A redução dos custos da energia

pele investimento em energia moderna pode



A comunidade internacional estabeleceu o objetivo de alcançar o acesso universal a energia moderna até 2030. A África Subsariana não está em vias de atingir esse objetivo. É a única região em que o número absoluto de pessoas sem acesso a energia moderna deverá aumentar, em 45 milhões no que toca a eletricidade e 184 milhões no que toca a fogões de cozinha limpos.

Mantendo-se as tendências atuais, África só alcançaria o acesso universal a eletricidade em 2080. O acesso universal a equipamento de cozinha limpo só ocorreria cerca de 100 anos mais tarde, algum tempo depois de meados do século XXII.

Os custos sociais, económicos e humanos da crise energética em África não são suficientemente reconhecidos. Os estrangulamentos do setor energético e os cortes de eletricidade custam anualmente à região entre 2% e 4% do PIB, prejudicando a criação de emprego e o investimento. As empresas da Tanzânia e do Gana perdem 15% do valor das suas vendas em resultado dos cortes de energia. A maior parte das crianças africanas em idade escolar frequenta aulas sem acesso a eletricidade. No Burkina Faso, nos Camarões, no Malawi e no Níger, mais de 80% das escolas primárias carecem de acesso a eletricidade.

A administração dos serviços de abastecimento de eletricidade está no âmago da crise energética africana. Com frequência, os governos veem os serviços de abastecimento público sobretudo como lugares de apadrinhamento político e veículos para a corrupção, nos quais o fornecimento de energia acessível se pode tornar uma preocupação secundária distante.

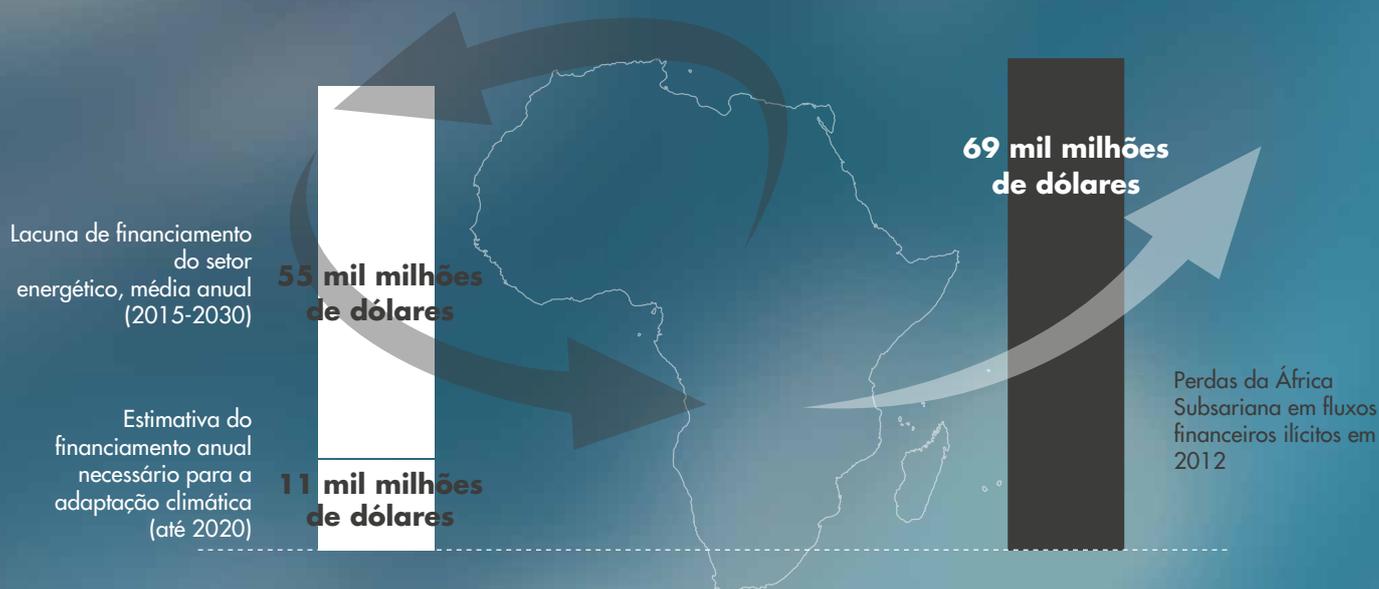
É desperdiçado demasiado financiamento público na subsídio de energia ineficiente e inequitativa. Os governos gastam 21 mil milhões de dólares por ano na cobertura de prejuízos dos serviços de abastecimento público e na subsídio de produtos de origem petrolífera, desviando recursos de investimentos em energia mais produtiva.

As famílias mais pobres de África são as vítimas involuntárias de um dos mais dramáticos fracassos de mercado do mundo. Estimamos que os 138 milhões de famílias constituídas por pessoas que vivem com menos de 2,50 dólares por dia estejam a gastar 10 mil milhões de dólares por ano em produtos relacionados com a energia, como o carvão, as velas, o querosene e a lenha. Convertendo os valores em termos de custo equivalente, essas famílias gastam aproximadamente 10 dólares/kWh em iluminação, o que é cerca de 20 vezes o montante gasto pelas famílias de rendimento elevado com uma ligação à rede para iluminação. O custo médio da eletricidade por kWh é de 0,12 dólares nos Estados Unidos da América e de 0,15 dólares no Reino Unido **(Ver infográfico: Mercado energético de milhares de milhões de dólares de África)**.

A dimensão do mercado aponta para oportunidades significativas de investimento e poupança das famílias. A redução dos custos a metade permitiria poupanças de 5 mil milhões de dólares às pessoas que vivem com menos de 2,50 dólares, o equivalente a 36 dólares por família. Uma plausível redução de 80% nos preços aumentaria esses números para 8 mil milhões de dólares no total e 58 dólares por família. Tais poupanças libertariam rendimento para o investimento em atividades produtivas, saúde e educação. Estimamos que a poupança monetária decorrente das reduções de custos seria suficiente para reduzir a pobreza em 16 a 26 milhões de pessoas.

PREENCHER AS LACUNAS

Os fluxos ilícitos são maiores do que a lacuna financeira, tanto para o acesso a energia como para a adaptação climática



ELIMINAR OS FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS
e estreitar as oportunidades de evasão fiscal

○ que seria necessário para expandir a geração de eletricidade e financiar a energia para todos?

Os níveis atuais de investimento no setor energético são de apenas 8 mil milhões de dólares, ou 0,4% do produto interno bruto (PIB). Tal é inadequado. Estimamos que a lacuna de financiamento ao investimento para satisfazer a procura e alcançar o acesso universal a eletricidade seja de cerca de 55 mil milhões de dólares, ou 3,4% do PIB de África em 2013 (Ver infográfico: **Preencher as lacunas**).

Embora este número seja elevado, tem de ser contextualizado. O financiamento da energia é um investimento com potencial para gerar elevados retornos sociais e económicos através do aumento da produtividade, da criação de emprego e do crescimento económico.

Quase metade da lacuna poderia ser coberta pelo aumento do rácio impostos/PIB da África Subsaariana em 1% do PIB. Podem ser mobilizadas receitas adicionais acabando com os subsídios desregrados agora transferidos para serviços públicos deficitários, impedindo os prejuízos financeiros resultantes de transferências financeiras ilícitas e recorrendo cautelosamente aos mercados obrigacionistas.

A ajuda pode desempenhar um papel propiciador e catalisador. Os próprios governos africanos devem mobilizar cerca de 10 mil milhões de dólares para expandir o acesso a energia através da rede e fora dela. A comunidade internacional deve igualar esse esforço através de 10 mil milhões de dólares em ajuda e financiamento em condições preferenciais destinados ao apoio a investimentos que proporcionem acesso a energia às populações mais desfavorecidas.

Oportunidades em África

Os défices energéticos de África criam um acentuado contraste com o potencial da região.

África tem reservas abundantes de combustíveis fósseis e uma abundância ainda maior de fontes de energia renováveis. A crescente procura de energia torna imperativo que os formuladores de políticas desenvolvam recursos africanos para as necessidades africanas, com uma ênfase menor no modelo do “triplo E”: exploração, extração e exportação.

A urbanização, o crescimento da população e o crescimento económico estão a causar um aumento da procura de energia. Um modelo concebido pela Agência Internacional da Energia (AIE) sugere que a geração de eletricidade terá de aumentar 4% ao ano até 2040. O Africa Progress Panel considera este cenário pouco ambicioso. O consumo per capita de energia de África seria um terço do nível atual da Tailândia. Tal deixaria milhões de africanos quase literalmente às escuras, com mais de 500 milhões de pessoas a carecerem de acesso a eletricidade em 2040, uma década após a data fixada para o objetivo de acesso universal a energia. Tal resultado seria imperdoável.

Os governos africanos têm de estabelecer um nível de ambição mais elevado. As políticas devem visar uma decuplicação da geração elétrica e do acesso universal a energia até 2030. Países como o Brasil, a Tailândia e o Vietname já demonstraram que, com uma liderança política sustentada, tais resultados são viáveis.

As energias renováveis têm um papel vital a desempenhar. Tal como sublinhado pela Comissão Global de Economia e Clima, chefiada pelo ex-presidente mexicano Felipe Calderón, a ideia de que os países enfrentam um dilema entre a energia verde e o crescimento é cada vez mais anacrónica. Os preços das tecnologias renováveis, especialmente a solar e a eólica, estão a cair a um ritmo extraordinário, ao ponto de já serem competitivos em comparação com os dos combustíveis fósseis.

De um ponto de vista africano, as tecnologias renováveis têm duas vantagens específicas: rapidez e descentralização. Podem ser implantadas muito mais depressa do que as centrais elétricas alimentadas a carvão e podem funcionar com ou sem ligação à rede. Ao ponderarem sobre decisões de investimento nos nossos dias, os governos africanos devem aproveitar todas as oportunidades para estabelecer as bases de um futuro com baixas emissões de carbono, sem deixarem de reconhecer que demorará algum tempo a fazer a transição que os afastará das atuais infraestruturas com elevadas emissões de carbono.

OPORTUNIDADES

Os sistemas energéticos de África estão a ser varridos por uma poderosa onda

Estima-se que o potencial inexplorado dos recursos energéticos primários de África (excluindo a África do Sul) equivalha a

260 vezes a atual capacidade baseada na rede



África do Sul, Burkina Faso, Etiópia, Gana, Mauritânia e Quênia
estão na vanguarda da inovação em termos de energias renováveis



A vantagem das energias renováveis: rapidez e descentralização

África pode apanhar a onda das novas tecnologias e da inovação para entrar numa nova era da geração elétrica



África tem uma vantagem por chegar mais tarde

adotar, adaptar e inovar

Os governos estão a elevar a fasquia da ambição – e alguns estão a cumprir



O Ruanda aumentou o acesso a eletricidade em **160%** entre 2008 e 2011



A Etiópia espera atingir as **emissões líquidas zero até 2027**. Nenhum país desenvolvido apresentou uma meta tão ambiciosa

África pode liderar o mundo no desenvolvimento resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono – uma vantagem tripla para



1. CLIMA



2. REDUÇÃO DA POBREZA



3. CRESCIMENTO ECONÓMICO

Os preços das tecnologias renováveis estão a descer e já são competitivos com os dos combustíveis fósseis



Os governos de África podem estabelecer as bases de um futuro com baixas emissões de carbono. Em alguns países, os combustíveis fósseis, incluindo o carvão, continuarão a fazer parte da combinação de fontes de energia

O financiamento internacional ao desenvolvimento pode desbloquear investimento privado significativo para estimular uma revolução das energias renováveis

A cooperação regional está a intensificar-se:



Apenas **5%** da eletricidade são negociados entre diferentes países africanos, pelo que o potencial é enorme



A UA está a dar assistência a um projeto de **22 mil milhões de dólares** para o desenvolvimento de uma autoestrada pan-africana de eletricidade até 2020



Na África Ocidental, o BAD está a apoiar um projeto que aumentará o acesso a eletricidade de baixo custo para **24 milhões de pessoas**

A transformação energética de África

Após décadas de negligência, África está a ser varrida por uma poderosa onda de reformas energéticas.

Cada vez mais, os governos reconhecem que os sistemas energéticos insuficientes e desiguais são uma barreira ao desenvolvimento de economias dinâmicas e sociedades mais inclusivas. Embora haja um longo caminho a percorrer e os registos sejam contraditórios, o potencial para uma revolução na energia é cada vez mais evidente (**Ver infográfico: Oportunidades**).

Parte desse potencial está refletido no que alguns países já estão a conseguir. Desde 2000, a geração de eletricidade líquida aumentou 4% ou mais ao ano em 33 países. Em perspetiva, o Africa Progress Panel analisou os planos energéticos de cerca de 30 países e a maior parte visa muito mais do que duplicar a capacidade até 2020.

O financiamento do desenvolvimento energético está a aumentar. Os governos africanos estão a investir mais, ainda que partindo de uma base reduzida. Muitos estão a complementar os investimentos na energia através dos mercados obrigacionistas soberanos. O investimento direto interno e estrangeiro está a crescer, refletindo um avanço no sentido da liberalização. A Nigéria tem um dos maiores e mais ambiciosos planos de privatização da energia do mundo.

Atualmente, há cerca de 130 fornecedores de eletricidade independentes em atividade na África Subsariana. Está também a emergir uma nova geração de investidores de capital privado. Entre 2010 e 2013, houve cerca de 27 investimentos de capital privado em energia e recursos naturais, com um valor agregado de 1,2 mil milhões de dólares.

O financiamento ao desenvolvimento internacional desempenhou um papel significativo no desbloqueio do investimento privado. A iniciativa Power Africa do Presidente Barack Obama, que promete 7 mil milhões de dólares ao longo de cinco anos, funcionou como ponto focal para um leque de agências dos EUA e para o setor privado. A cooperação energética entre a União Europeia e África está a aprofundar-se. Porém, o fator diferenciador é o surgimento da China como fonte de financiamento integrado para projetos energéticos de grande escala.

Por mais encorajadores que estes desenvolvimentos sejam, não são propriamente uma revolução. Os governos africanos estão a mobilizar recursos insuficientes através das receitas internas. Além disso, embora o recurso aos mercados obrigacionistas proporcione alguns benefícios, os países estão a incorrer em riscos cambiais significativos. O financiamento internacional ao desenvolvimento é limitado pela fragmentação excessiva, pelos elevados custos das transações e pela má coordenação. Em perspetiva, o desafio é o de ampliar a mobilização de recursos internos e assegurar o acesso a financiamento de longo prazo de fundos de pensões e outros investidores institucionais.

Uma reforma normativa sustentada é vital para o investimento. A separação entre geração, transmissão e distribuição de energia é um passo no sentido da criação de mercados energéticos mais eficientes e estáveis. A regulação independente é outro.

ENERGIAS RENOVÁVEIS EM ÁFRICA

Alimentar o futuro, agora

COMPLEXO SOLAR DE NOOR-OUARZAZATE

Energia para 1,1 milhões de marroquinos até 2018, reduzindo 700.000 toneladas de CO₂ por ano.

KATENE KADJI

Converte resíduos locais em "carvão verde" e toros que substituem o carvão e a lenha.

A energia solar alimenta 1/3 da capital e 10% da rede nacional.

SHARED SOLAR

Painéis solares ligados a microrredes (20 famílias ou menos) geridas por contadores inteligentes. Os utentes pagam por telemóvel.

CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DE ZAGTOULI

Zagtouli deverá receber a maior central solar fotovoltaica da África Ocidental, da qual se espera um aumento de 6% na produção de energia e a satisfação das necessidades de cerca de 40.000 famílias.

PROJETO SOLAR DE NZEMA

A maior central solar de África (quarta maior do mundo) está em construção.

TOYOLA ENERGY

Fogões de cozinha mais limpos e eficientes, que já beneficiaram 940.000 pessoas e reduziram 200.000 toneladas de CO₂ por ano.

As centrais hídricas geram mais de 2/3 da eletricidade de Angola. O potencial hídrico pode ascender a 10 vezes a capacidade atual.

ELEPHANT ENERGY

Fornecer energia solar a comunidades rurais da Namíbia. Poupa às famílias mais de 7,00 dólares por mês em custos com combustível.

GRAND INGA

A Grand Inga pode duplicar a capacidade de produção elétrica de África, tornando-se o maior projeto infraestrutural do mundo.

CONVERSOR EÓLICO SEM PÁS

2,3 vezes mais eficiente e 45% mais barato do que as turbinas eólicas tradicionais.

A hidroeletricidade é a maior fonte de energia do Sudão (68% da geração em 2011).

A Etiópia terá um dos sistemas com mais baixas emissões de carbono do mundo em meados da década de 2020.

ASHEGOLD

Um dos maiores parques eólicos de África.

M-KOPA SOLAR

Fornecer energia "pay-as-you-go" a clientes fora da rede. 75 milhões de dólares de poupanças projetadas para os clientes existentes.

PROJETO DE ENERGIA EÓLICA DO LAGO TURKANA

Visa fornecer 300 MW à rede nacional, gerando anualmente 150 milhões de dólares de poupanças em moeda externa através dos custos de movimentação de combustíveis.

HELVETIC SOLAR GROUP

Empresa pan-africana de energia solar cujos produtos já chegaram a cerca de 100.000 pessoas diretamente e 500.000 indiretamente.

SOLAR SISTER

Faculta formação e apoio às mulheres para a criação de microempresas solares. Mais de 1200 empreendedoras ajudadas até à data.

PROJETO DE GERAÇÃO ELÉTRICA DE ITEZHI TEZHI

Primeiro projeto público-privado na Zâmbia, que deverá injetar 120 MW na rede nacional e criar 460 empregos diretos.

CAMPANHA DE LUZES PARA ESTUDANTES

Detida pela instituição de caridade britânica SolarAid, a SunnyMoney oferece às escolas luzes para estudo a preço acessível.

Desde 2010, a África do Sul tem uma das maiores taxas de crescimento do mundo no investimento em energias renováveis.

No entanto, os investidores privados exigem um comprador de energia, como um serviço de abastecimento público ou uma agência dedicada à aquisição de energia, e é difícil apresentar uma argumentação convincente quando o comprador principal é um serviço de abastecimento público altamente endividado, corrupto e ineficiente.

Energias renováveis – apanhar a onda da inovação global

As energias renováveis estão na vanguarda da onda de mudança que atravessa África.

A hidroenergia continua a dominar a paisagem do investimento. Países tão diferentes como a Etiópia, o Gana, o Quênia, a Nigéria e a África do Sul estão a desenvolver centrais elétricas de grandes dimensões que usam energias renováveis. Contudo, a revolução das energias renováveis também está a ser promovida a partir de baixo, com empresas inovadoras a darem resposta à procura de iluminação e eletricidade pelas famílias. Segundo uma estimativa, 5% das famílias da África Subsariana já usam alguma forma de iluminação solar, em comparação com 1% em 2009 **(Ver infográfico: Energias renováveis em África).**

E estão a emergir novos modelos de negócio. Um exemplo chega-nos do Quênia. A M-KOPA uniu a energia solar e a tecnologia móvel para levar tecnologias solares acessíveis às aldeias não ligadas à rede. Os clientes pagam um pequeno depósito por um sistema solar doméstico que normalmente teria um preço de venda ao público de 200 dólares, incluindo um painel solar, três luzes de teto, um rádio e tomadas de carregamento para telemóvel. O saldo é pago em pequenas prestações, em função do nível de utilização, através da M-PESA, uma plataforma de pagamentos móveis amplamente disponível que é utilizada por um terço da população.

Alguns governos estão a estabelecer parcerias com o setor privado para alargar o alcance da eletricidade. O projeto Ignite Power, no Ruanda, reúne várias empresas privadas, o governo e instituições filantrópicas. O projeto visa instalar tecnologia sem ligação à rede através de um sistema pré-pago que pode alimentar quatro pontos de iluminação, rádios e televisores e carregar telemóveis.

Apesar de exemplos tão convincentes, o progresso continua muito lento. Embora as famílias pobres acabem por poupar ao longo do tempo com a adoção das novas tecnologias, os custos iniciais dos painéis solares são demasiado elevados para muitos.

Esta é uma falha clássica do mercado. Os consumidores, os investidores e a economia em geral estão a perder devido à inexistência de mecanismos institucionais que liguem a oferta e a procura. Contudo, a falha do mercado pode ser corrigida através de uma combinação de medidas políticas públicas, inovação empresarial e cooperação internacional.

Alterações climáticas – uma oportunidade para a transformação

Os riscos associados às alterações climáticas em África estão bem identificados. Elevados níveis de pobreza contextual, dependência das chuvas, infraestruturas de má qualidade e fornecimento limitado de redes de segurança combinam-se

para tornar os riscos climáticos uma significativa fonte de vulnerabilidade, mesmo sem o aquecimento global. A justiça climática exige cooperação internacional e solidariedade humana básica para conter tais riscos.

De um ponto de vista diferente, as alterações climáticas proporcionam aos governos africanos um incentivo adicional para a implementação de políticas que há muito são necessárias e para uma demonstração de liderança no plano internacional. Países como a Etiópia, o Quênia e o Ruanda já conceberam estratégias de desenvolvimento resiliente ao clima, com vista a reduzir a pobreza, aumentar a produtividade e diminuir as emissões de gases com efeito de estufa.

Sob uma perspetiva africana, sobressaem duas prioridades da cimeira do clima de Paris, em dezembro de 2015. A primeira é um acordo ambicioso que obedeça ao compromisso de manter o aquecimento global abaixo do limiar dos 2 °C. Em segundo lugar, o acordo climático tem de abordar os desafios do financiamento e do reforço de capacidades que África enfrenta na resposta às alterações climáticas.

África será seriamente atingida pelas alterações climáticas

As alterações climáticas terão impactos locais em África, mas o momento e a gravidade das mesmas serão determinados pelas emissões globais.

Os efeitos mais graves e imediatos serão sentidos pelas populações rurais pobres. Se se permitir que as temperaturas médias globais aumentem 4 °C, grandes áreas usadas no cultivo de sorgo, painço e milho serão inviabilizadas. Em algumas zonas, a seca poderá tornar-se mais prolongada e grave. Noutros casos, os níveis de produtividade serão afetados pela imprevisibilidade das chuvas, pelo aumento das temperaturas e pelas inundações.

A Quinta Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) identifica África como a região em maior risco de aquecimento global. O aquecimento regional excederá a média global. Embora não proporcionem previsões irrefutáveis, os modelos climáticos apontam para elevados níveis de risco em muitas áreas. A subida do nível do mar pode ameaçar as cidades costeiras, como Acra, Dar es Salam e Lagos. Os sistemas hidroelétricos poderão ficar comprometidos devido à redução da pluviosidade e ao aumento da evaporação. Poderão surgir novas ameaças para a saúde. Em todas essas áreas, serão os pobres a sofrer as consequências.

Agarrar a oportunidade – o uso da terra e a adaptação transformadora

A gravidade e a imediatez dos riscos causados pelas alterações climáticas desviaram as atenções das oportunidades para a criação de abordagens ao desenvolvimento mais resilientes ao clima.

Tais abordagens oferecem benefícios triplos: fomentam a produtividade agrícola, reduzem a pobreza e reforçam os esforços internacionais de combate às alterações climáticas.

O uso da terra deve ser um ponto focal das estratégias que visam possibilitar tais benefícios. Grande parte da agricultura africana está bloqueada num círculo vicioso de produtividade baixa, pobreza e degradação ambiental. Entre 2000 e 2010, perderam-se cerca de 2 milhões de hectares de floresta por ano.

As mudanças nos padrões agrícolas, silvícolas e de uso das terras são responsáveis por emissões equivalentes a 10-12 gigatoneladas (Gt) de dióxido de carbono (CO₂), cerca de um quarto do total global. África dá origem a cerca de 20% de tais emissões. Embora a região possa ser responsável por uma parcela pequena das emissões totais de gases com efeito de estufa, as suas emissões relacionadas com as mudanças na agricultura, na silvicultura e no uso das terras estão a crescer a um ritmo de 1-2% ao ano. Tais mudanças provocam cerca de metade das emissões de África – e a parcela está a aumentar.

A inversão do círculo vicioso de produtividade baixa, degradação ambiental e alterações climáticas tem o potencial para possibilitar benefícios de grande alcance. Um dos exemplos mais notórios chega-nos do Níger, onde os pequenos agricultores transformaram a produtividade e a sustentabilidade em 5 milhões de hectares de terras.

Tal como demonstrado no Relatório do Progresso em África do ano transato, os governos africanos podem também fazer muito mais para reduzir a vulnerabilidade e elevar a produtividade através de medidas mais gerais. O investimento em infraestruturas rurais, na proteção social e no desenvolvimento de novas sementes, aliado a uma maior inclusão financeira e à promoção do comércio regional, pode ir muito mais longe no reforço da resiliência climática do que a atual proliferação de projetos de adaptação de pequena escala.

O perigoso fosso entre os compromissos e os atos da política internacional

A cimeira do clima de Paris proporciona uma oportunidade para negociar um acordo que materializará o compromisso de manter o aumento da temperatura média global no século XXI dentro do limite de 2°C.

Têm-se registado alguns sinais encorajadores. Ao longo do último ano, todos os maiores emissores mundiais (China, União Europeia e Estados Unidos da América) comprometeram-se a aplicar medidas mais decisivas para redução das emissões. Os governos também chegaram a acordo quanto à elaboração das medidas propostas, ou Contribuições Intencionais Nacionalmente Determinadas (CIND), antes da cimeira.

Numa perspetiva menos positiva, os compromissos assumidos deixam o mundo longe de uma trajetória viável para o cumprimento da meta dos 2 °C. Segundo os dados científicos mais credíveis, estima-se que o mundo esteja a seguir por uma via que conduzirá a um aquecimento de 4 °C ao longo do século XXI. Tal resultado teria consequências catastróficas para a África Subsariana. Evitar esse resultado deve ser algo fulcral à diplomacia climática de todos os governos africanos.

Apesar das ameaças conhecidas, são demasiados os países que não estão a tomar medidas decisivas. Várias nações, incluindo a Austrália e o Canadá, parecem ter-se afastado inteiramente de um envolvimento internacional construtivo nas questões do clima. Outros adotaram posições políticas contraditórias. Os 88 mil milhões de dólares gastos pelos países do G₂₀ em subsídios à descoberta e à exploração de novos combustíveis fósseis é um exemplo **(Ver infográfico: Reduziro desperdício)**. Para evitar alterações climáticas catastróficas, dois terços das reservas existentes devem permanecer no subsolo, suscitando a questão sobre os motivos pelos quais o dinheiro dos contribuintes está a ser usado para descobrir novas reservas de hidrocarbonetos “não queimáveis”.

REDUZIR O DESPÉRDÍCIO



REDIRECIONAR OS SUBSÍDIOS

para o investimento em energia, a proteção social e a ligação à rede direcionada para os pobres



ELIMINAR PROGRESSIVAMENTE OS SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS COM RAPIDEZ

Os governos dos principais países emissores devem imputar um preço rigoroso às emissões de gases com efeito de estufa, com vista a um orçamento de carbono credível. Em vez de taxarem as emissões em prol do bem comum global, estão na realidade a subsidiá-las. Ainda que haja muitos fatores em jogo, o poder político das multinacionais energéticas e de outros grupos de interesses instalados tem um peso excessivo nos processos de tomada de decisões de muitos governos.

Assegurar um acordo melhor para África

As CIND proporcionam aos governos africanos um veículo para estabelecer as suas ambições em termos de transição para um modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento, resiliente ao clima e com baixas emissões de carbono.

Partindo das estratégias existentes para a energia e o uso das terras, as propostas podem ir para além da descrição do que os países estão a fazer agora até à identificação do que pode ser feito através do aprofundamento da cooperação internacional em termos de financiamento, tecnologia e desenvolvimento de capacidades.

Os governos de África devem também usar as cimeiras de 2015 sobre financiamento e clima como meio de pressão para reformas mais vastas. O financiamento climático é um ponto de partida. Segundo uma estimativa, existem atualmente 50 fundos climáticos no âmbito de uma manta de retalhos fragmentada de mecanismos com uma reserva de financiamento total de cerca de 25 mil milhões de dólares.

A África Subsariana não tem sido bem servida por esta complexa arquitetura do financiamento climático internacional. Ao longo do triénio financeiro 2010-2012, somente 3,7 mil milhões de dólares foram facultados sob a forma de financiamento de arranque rápido. Nem todo esse valor representa ajuda nova ou adicional; parte do mesmo pode ter sido desviada de outros projetos.

A análise pormenorizada das transferências financeiras aponta para dois pontos fracos estruturais na arquitetura do financiamento climático: o subfinanciamento crónico e a fragmentação. Ambos os pontos fracos são evidentes no financiamento oferecido para medidas de adaptação. Exercícios pormenorizados de cálculo de custos efetuados pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) quantificam as necessidades anuais de financiamento à adaptação em cerca de 11 mil milhões de dólares até 2020. O financiamento médio anual de ajuda representa cerca de 5% desse montante.

No que respeita ao financiamento climático internacional destinado a apoiar os esforços de atenuação das alterações climáticas pela redução das emissões, a África Subsariana está a ficar com os trocos. A Nigéria e a África do Sul são os únicos países que receberam apoio do Fundo para as Tecnologias Limpas. Um conjunto maior de países de rendimento baixo da África Subsariana recebeu promessas de apoio ao desenvolvimento de energia solar, eólica e geotérmica. Contudo, até fevereiro de 2015, somente a Etiópia, o Quénia e o Mali receberam financiamento.

Recomendações

As recomendações do Africa Progress Panel identificam um leque de medidas práticas para a expansão da geração elétrica, a aceleração do progresso no sentido do acesso universal a energia e o apoio ao desenvolvimento com baixas emissões de carbono. Também definem uma agenda para a cimeira do clima de Paris, associando as medidas internacionais às estratégias africanas para o desenvolvimento resiliente ao clima.

Muitas das propostas específicas são dirigidas aos governos africanos. Na ausência de uma liderança africana ambiciosa, as oportunidades para uma transformação energética serão desperdiçadas. Do mesmo modo, sem uma cooperação internacional reforçada, as oportunidades disponíveis só serão parcialmente exploradas. As cimeiras de 2015 proporcionam uma plataforma para aprofundar a cooperação internacional, definir um rumo que evite o desastre climático e providenciar um adiantamento das medidas com potencial para pôr África no caminho de um futuro alimentado por energia inclusiva e com baixas emissões de carbono.

Recomendações fulcrais para os governos africanos:

Elevar a ambição das estratégias energéticas africanas. Os governos devem visar decuplicar a geração elétrica até 2040, sem deixar de estabelecer as bases de uma transição para as baixas emissões de carbono. A despesa pública em energia deve ser aumentada para 3-4% do produto interno bruto (PIB) e apoiada por medidas tendentes

a elevar o rácio impostos/PIB e evitar uma dependência excessiva dos mercados obrigacionistas. Tendo em conta a insuficiência anual de 55 mil milhões de dólares no financiamento à energia, os governos devem priorizar o desenvolvimento de parcerias público-privadas equilibradas e criar as condições para expandir o investimento privado. Devem olhar para além das suas fronteiras nacionais com vista a acelerar o desenvolvimento de redes regionais.

Agarrar a oportunidade das baixas emissões de carbono. Os governos devem reforçar o mercado da energia com baixas emissões de carbono através de acordos de compra firme (*off-take*) previsíveis, acordos de compra de energia, tarifas de alimentação e leilões. Reconhecendo que os custos de capital iniciais do investimento em energias renováveis podem ser proibitivos, os governos e as entidades reguladoras devem procurar reduzir os riscos e apoiar o desenvolvimento do mercado através de crédito adequadamente subsidiado.

Não deixar ninguém para trás. Os sistemas energéticos africanos conjugam desigualdade com ineficiência, fornecendo eletricidade subsidiada aos ricos, fontes de alimentação elétrica precárias às empresas e muito pouco aos pobres. As estratégias nacionais devem materializar o compromisso de alcançar o acesso universal a energia até 2030, o que implica facultar esse acesso a mais 645 milhões de pessoas através de ligações à rede ou do fornecimento por minirredes descentralizadas ou fora da rede. Cada governo deve recensear as populações que carecem de acesso e identificar as vias mais eficazes para o fornecimento. Uma energia melhor e mais acessível pode também impulsionar a agricultura africana. Os governos devem trabalhar com o setor privado para desenvolver os modelos de negócio inovadores necessários para o fornecimento de energia acessível ao mercado de 10 mil milhões de dólares das pessoas que vivem com um rendimento inferior a 2,50 dólares por dia.

Eliminar os subsídios favoráveis aos ricos. As estratégias nacionais devem incluir um roteiro e um calendário para uma eliminação progressiva dos 21 mil milhões de dólares em subsídios à energia direcionados para os ricos. A subsidiação de ligações para os pobres é mais eficiente e equitativa do que a subsidiação do consumo de energia pelos ricos, e a subsidiação do querosene tem um valor limitado como meio para alcançar o acesso universal.

Aprofundar a reforma da administração da energia. Os governos de toda a região têm de acelerar o ritmo das reformas. A separação entre geração, transmissão e distribuição de energia é um ponto de partida. Contudo, a administração eficaz também requer a criação de entidades reguladoras sólidas e independentes, dotadas de poderes para chamar as empresas de abastecimento à responsabilidade. As próprias empresas de abastecimento devem ser obrigadas a publicar os termos de quaisquer acordos de compra firme (*off-take*) e acordos de compra de energia de emergência e devem proibir a licitação através de empresas registadas *offshore*. Embora tenha sido promulgada legislação incentivadora, o registo da sua implementação é desigual. O estabelecimento de acordos de compra firme (*off-take*) é vital para atrair investimento de longo prazo e de alta qualidade.

Adotar novos modelos de urbanização planeada. Enquanto região em mais rápido processo de urbanização do mundo, África tem oportunidades para desenvolver cidades mais compactas e menos poluídas, paralelamente a sistemas de transportes

públicos mais eficientes. As economias de escala e os crescentes rendimentos urbanos têm o potencial para expandir as oportunidades de fornecimento de energia renovável e de obtenção de acesso universal a serviços básicos. A ligação das cidades africanas ao crescente leque de redes urbanas globais, incluindo o grupo de cidades "C40", poderia desbloquear novas oportunidades para o intercâmbio de conhecimento, o reforço de capacidades e o financiamento. Os governos, as agências multilaterais e os doadores de ajuda devem trabalhar em conjunto para reforçar a solvibilidade das cidades, ao mesmo tempo que desenvolvem parcerias inovadoras para energia limpa.

Desenvolver e aplicar uma estratégia africana para a cimeira do clima de Paris.

As Posições Africanas Comuns desenvolvidas pelo Grupo Africano de Negociadores (AGN) e sancionadas pela Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) proporcionam a base para um conjunto robusto de exigências que os países africanos podem levar a Paris. Contudo, os governos têm muitas vezes falhado na observância dos seus compromissos coletivos. Dada a assimetria de poder nas negociações climáticas, tal não joga a favor dos melhores interesses dos cidadãos africanos. A uma só voz, os governos africanos devem:

- Rejeitar os compromissos de redução de gases com efeito de estufa dos países ricos e mercados emergentes que não estejam em harmonia com o compromisso dos 2 °C.
- Exigir que os países ricos definam uma via para as emissões líquidas zero até 2050, indo para além do previsto nas atuais propostas da União Europeia e dos Estados Unidos da América.
- Instar a Austrália, o Canadá e o Japão a adotarem uma postura mais credível e construtiva nas suas propostas climáticas.
- Solicitar que a China eleve o seu nível de ambição apresentando a data proposta para o pico de emissões.
- Exigir um apoio acrescido para o desenvolvimento resiliente ao clima e a adaptação transformadora, juntamente com uma reformulação fundamental do atual sistema multilateral de financiamento à adaptação.

Participar plenamente nas negociações sobre as Contribuições Intencionais

Nacionalmente Determinadas (CIND). Muitos governos africanos têm-se mostrado relutantes em relação à participação no processo das CIND, face ao limitado contributo de África para as emissões de gases com efeito de estufa. Contudo, as CIND proporcionam uma oportunidade para definir políticas que podem promover o crescimento e reduzir a pobreza em África, sem deixarem de limitar as emissões globais de gases com efeito de estufa. As CIND podem ser usadas para identificar oportunidades de cooperação internacional, ligadas a financiamento adicional. Para citar alguns exemplos:

- Eliminar, num prazo de cinco anos, a queima de gás em tocha, que é uma potente fonte do aquecimento global e um desperdício dos recursos energéticos de África.
- Identificar oportunidades para combater a erosão dos solos, conservar as terras, evitar a desflorestação e recuperar florestas e terras degradadas.

- Destacar as medidas atuais tendentes a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e os custos da redução das emissões futuras através da expansão das energias renováveis.

Propostas para medidas da comunidade internacional:

Criar um “fundo de conectividade global” sob os auspícios da parceria Sustainable Energy for All (SE4All). A missão da SE4ALL inclui o apoio ao acesso universal a energia e o aumento da parcela de energias renováveis na combinação de fontes de energia, mas carece de uma ligação aos mecanismos de financiamento. Estima-se que os custos do acesso universal sejam de 20 mil milhões de dólares por ano até 2030. Tais custos poderiam ser cofinanciados pelos governos africanos e pela comunidade internacional em geral sob a forma de financiamento ao desenvolvimento em condições preferenciais, complementado por ajuda. O quadro de administração da SE4All seria reformado para exigir aos governos a apresentação de planos de ação nacionais abrangentes que descrevessem estratégias para o acesso universal, no entendimento de que planos credíveis assegurariam uma combinação apropriada de meios de financiamento para a sua implementação. O financiamento da SE4All ajudaria a apoiar modelos de negócio inovadores que fornecessem energia acessível fora da rede, através de garantias de crédito e risco, empréstimos subsidiados e acordos de compra de eletricidade.

Desbloquear o financiamento privado. O financiamento ao desenvolvimento pode desempenhar um papel mais catalisador através de disposições adicionais de garantia contra riscos e do reforço da coordenação entre as instituições financeiras internacionais, as agências de financiamento ao desenvolvimento e os doadores bilaterais. O Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) devem liderar um esforço internacional para desagregar o risco, estruturar as garantias e harmonizar o prémio de risco de África com as realidades do mercado. O processo deve visar ainda reduzir os custos de transações associados aos projetos de financiamento da energia. Os instrumentos de risco como a Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (AMGI) e os mecanismos de risco cambial devem ser expandidos.

Reforçar o papel do financiamento do BAD e do Banco Mundial. As agências de financiamento ao desenvolvimento, o Banco Mundial e os doadores devem destinar 10 mil milhões de dólares à capitalização do Fundo Africa50 do BAD, que tem o potencial para alavancar até 100 mil milhões de dólares em financiamento privado. Deveria haver mais governos africanos a aproveitar as janelas de crédito não preferencial do Banco Mundial, tirando partido das taxas de juro baixas para financiar infraestruturas energéticas.

Reformular a arquitetura do financiamento climático. África está mal servida pela atual arquitetura do financiamento climático. As várias agências multilaterais que oferecem serviços de apoio à adaptação devem ser fundidas num só Serviço de Adaptação Transformadora, talvez sob os auspícios do Fundo Verde para o Clima. Os serviços de financiamento de atenuação e mecanismos de apoio ao desenvolvimento com baixas emissões de carbono, nomeadamente o Fundo para as Tecnologias Limpas e o Programa de Expansão das Energias Renováveis em Países de Rendimento Baixo, devem ser estruturados para se tornarem mais reativos ao potencial de atenuação de África e às oportunidades de apoio ao desenvolvimento com baixas emissões de carbono. A preocupação mais geral é a de que a arquitetura

global de financiamento, cada vez mais fragmentada, não esteja a contribuir o suficiente para a orientação estratégica na alavancagem do investimento privado.

Demonstrar intenções sérias na Cimeira do Financiamento ao Desenvolvimento de Adis Abeba, em julho de 2015. A cimeira proporciona uma oportunidade para um adiantamento em relação à cooperação internacional reforçada e para a criação de uma ponte para a cimeira do clima de Paris:

- Os doadores de ajuda devem empenhar-se na persistente meta de dedicar 0,7% do rendimento nacional bruto (RNB) à ajuda.
- Os países ricos devem definir um calendário claro para a concretização dos compromissos assumidos em Copenhaga e respeitantes à atribuição, até 2020, de 70 mil milhões de dólares anuais para o financiamento climático, com maior transparência dos compromissos financeiros, da identificação das novas fontes de financiamento e dos mecanismos de atribuição.
- Um compromisso anual de 15 mil milhões de dólares para o desenvolvimento resiliente ao clima em África, incluindo o financiamento da adaptação transformadora.
- Aumento de 10 mil milhões de dólares no financiamento ao desenvolvimento disponível para atenuação na África Subariana através do Fundo para as Tecnologias Limpas, do Fundo Verde para o Clima e de outros mecanismos.
- Aumento para 20 mil milhões de dólares da capitalização do Fundo Verde para o Clima, em sujeição a requisitos de desempenho rigorosos.

Eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis. As três cimeiras de 2015 devem visar uma eliminação progressiva abrangente de todos os subsídios a combustíveis fósseis até 2025, com o apoio apropriado aos países de rendimento baixo. A eliminação dos subsídios à exploração e à produção de combustíveis fósseis, em especial do carvão, deve ser uma prioridade. Os países desenvolvidos devem acabar com todas as concessões fiscais, dispensas de royalties e transferências fiscais até 2018 e com todas as ajudas estatais aos setores dos combustíveis fósseis até 2020. Os países do G20 devem definir um calendário para a concretização do seu compromisso de eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis, com medidas iniciais para o carvão.

Elevar o nível de ambição na cimeira do clima de Paris. Os países desenvolvidos devem estabelecer orçamentos de carbono direcionados para as emissões líquidas zero até 2030. A União Europeia e os Estados Unidos da América devem rever as suas propostas de CIND em harmonia com esse compromisso. Os países devem avançar no sentido de uma implementação rápida de sistemas credíveis de tarifação e tributação do carbono, associados aos orçamentos do carbono.

Redobrar os esforços de combate à evasão fiscal. Em 2012, África perdeu 69 mil milhões de dólares pela via dos fluxos financeiros ilícitos. Os países do G8 e do G20 devem honrar os compromissos anteriormente assumidos de reforço dos requisitos de divulgação fiscal, de prevenção da criação de empresas de fachada e de combate ao branqueamento de capitais. Deve ser acelerada a implementação das medidas planeadas pelo G20/OCDE para a erosão da base tributária e a transferência de

lucros; e a comunidade internacional deve apoiar os esforços africanos de reforço da administração fiscal e aduaneira e de redução das saídas de fundos ilícitas, em especial através de faturação comercial falsa. Outras medidas prioritárias para atenuar os fluxos financeiros ilícitos incluem os registos públicos de titularidade efetiva das empresas e, com o auxílio do FMI, um consenso sobre a forma de definir, quantificar e seguir tais fluxos, em especial os resultantes de faturação falsa.

Para investidores privados e empresas multinacionais:

Exigir um acordo climático ambicioso em Paris. A comunidade empresarial deve trabalhar com as cidades, as autoridades autárquicas e regionais, as organizações da sociedade civil e os governos no sentido de exigir um acordo climático ambicioso em Paris, sustentado na tarifação e na tributação do carbono. Todas as empresas devem estabelecer e publicar um "preço-sombra" para o carbono nas suas respetivas contas.

Acelerar a saída do carbono através do desinvestimento. Os investidores institucionais devem rever com urgência as suas carteiras de negócios com vista a uma eliminação progressiva dos ativos com emissões de carbono intensivas, a começar pelas participações em empresas carboníferas. As entidades reguladoras, os investidores e as bolsas de valores devem exigir às empresas e aos investidores institucionais que divulguem plenamente a exposição ao carbono dos seus ativos. O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável deve analisar e relatar as alegações enganosas de multinacionais mineiras a respeito dos benefícios do carvão para a redução da pobreza.

Interagir com os governos na identificação das condições para aumentar o investimento em infraestruturas do setor energético e liderar o desenvolvimento de novas parcerias energéticas com baixas emissões de carbono.

Promover a inovação para um maior acesso. Os investidores na área energética devem desenvolver modelos de negócio inovadores tendentes a reduzir os custos de entrada no mercado para a eletricidade e os custos dos fogões de cozinha eficientes. Trabalhando com os governos, os bancos e os doadores de ajuda, devem procurar alargar e aprofundar os mecanismos emergentes, como o financiamento por receitas correntes (pay-as-you-go), os pagamentos móveis, os períodos de reembolso alargados e o crédito a baixas taxas de juro, para servir o mercado da "base da pirâmide". Dada a capacidade limitada das famílias pobres para pagar os custos de manutenção, os governos devem vincular o apoio público à prestação de serviços pós-instalação.

Acabar com o secretismo. Os investidores estrangeiros e as empresas africanas devem divulgar plenamente as suas estruturas de titularidade efetiva e relatar com transparência sobre os contratos relacionados com energia, incluindo os acordos de compra firme (off-take) de eletricidade. As multinacionais têm também de reconhecer que a revolução da fiscalidade e da transparência continua a avançar a um ritmo veloz. As novas normas de relato do G20/OCDE para as multinacionais obrigam a que as empresas relatem as suas atividades com mais transparência. As empresas que acompanhem o ritmo da mudança terão maior probabilidade de a conseguir influenciar.

O Africa Progress Panel promove o desenvolvimento de África através do acompanhamento dos progressos, da chamada de atenção para as oportunidades e da dinamização da ação.

PANEL MEMBERS

Kofi Annan

Presidente do Africa Progress Panel, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas e laureado com o Nobel

Michel Camdessus

Ex-Diretor-Geral do Fundo Monetário Internacional

Peter Eigen

Fundador da Transparency International e Representante Especial da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI)

Bob Geldof KBE

Músico, empresário, fundador e presidente dos projetos Band Aid, Live Aid e Live 8, cofundador da DATA e conselheiro e patrono da ONE

Graça Machel

Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade e fundadora da New Faces, New Voices

Strive Masiyiwa

Fundador do grupo Econet Wireless

Linah Kelebogile Mohohlo

Governadora do Banco do Botsuana

Olusegun Obasanjo

Ex-Presidente da Nigéria

Robert E. Rubin

Copresidente do Conselho para as Relações Externas e ex-Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América

Tidjane Thiam

Diretor Executivo da Prudential Plc.

Africa Progress Panel

P.O. Box 157
1211 Geneva 20
Switzerland

info@africaprogresspanel.org
www.africaprogresspanel.org

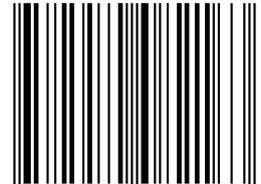
O Africa Progress Panel imprime em papel reciclado



AFRICA
PROGRESS PANEL

www.africaprogresspanel.org

ISBN 978-2-9700821-6-3



9 782970 082163 >